

Futuro Conselho terá fórmula inovadora

Gioconda Caputo

Durante o seminário de cultura — programado para os dias 3, 4 e 5 de março, o tão reivindicado *Conselho de Cultura* vai mostrar a sua cara. E se o Governador Joaquim Roriz parar (a decisão em última instância é dele) Brasília terá um Conselho que servirá de modelo a todas as administrações culturais do País que pensam em estabelecer uma nova relação da comunidade com o Estado.

A comissão designada pela Secretaria de Cultura para elaborar o regimento interno do Conselho — Genilson Butineli, Tetê Catalão, Maria Duarte, Márcio Cotrim e B. de Paiva, além da procuradora Maria Esther — tem cumprido uma agenda intensa de trabalho, realizando reuniões abertas, com a participação de representantes de entidades culturais e artistas da cidade.

Tetê Catalão, que preside a comissão, traçou o perfil do futuro *Conselho de Cultura do DF* e contou que o grupo — antes de iniciar o trabalho — teve o cuidado de conhecer o funcionamento de outros Conselhos existentes no País. Buscaram

informações na Bahia, Pará e Paraná (além de outros Estados) e de imediato constataram que a atuação deles não poderia servir de exemplo para Brasília. São conselhos homologatórios, sem autonomia, e que não interferem no cotidiano cultural e artístico da cidade. "Conselhos que andam muito a reboque do próprio aparelho de Estado", comenta Tetê.

Núcleo Pensador — Mais que um espaço de decisão e intervenção cultural (no bom sentido), o *Conselho de Cultura do DF* deve ser um núcleo de pensamento, segundo a idéia da Comissão. Por isso, ela tem evitado a criação de qualquer tipo de mecanismo que estabeleça a setorização da cultura, mas não ignora a existência de problemas específicos em cada uma das atividades, artística ou administrativa que — na concepção do grupo — poderão ser tratados através de "comissões eventuais". Essas comissões, segundo Tetê Catalão, serão formadas sempre que houver questões práticas que necessitem de decisões imediatas. Por exemplo, a organização do próximo Festival de Brasília do Cinema Bra-

sileiro demandaria uma comissão eventual. Só que ela — aí está a diferença substancial — não estaria à mercê de diretores ou secretários supremos que normalmente instituem comissões apenas para legitimar atos previamente decididos. Mas a alma do Conselho está na proposta de criação de *Câmaras* permanentes, cada uma com três integrantes.

Se a proposta for aprovada como está, o Conselho terá 21 membros fixos (três por câmara) e não mais seria presidido pelos Secretários de Cultura, como é de praxe. O detalhe mais importante dessa história toda — e provavelmente o que deve receber resistência dentro do GDF — é que o Conselho deve ter dois terços dos seus representantes indicados pela comunidade. A sugestão não agrada ao Governador Roriz, que prefere uma composição paritária.

O regimento interno do Conselho deve trazer uma carta de princípios, que seguirá a linha do documento do Grupo de Trabalho da Cultura. Vai estabelecer as diretrizes básicas para um plano local de cultura e — segundo Tetê — dar à comunidade algumas ferramentas para que ela possa lidar melhor com o Estado.